

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 179

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 040ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE NOVEMBRO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

Às dezenove horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Tony Garcia (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2575

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, que o Projeto de Lei nº 597/99, seja apreciado na Comissão Geral da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2573

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votação em bloco para as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 552/99, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2574

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, destaque de discussão e votação para a emenda nº 05, ao Projeto de Lei nº 552/99, que dispõe sobre a antecipação de royalties, item da presente Sessão Extraordinária.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(aa) EDGAR BUENO, ORLANDO PESSUTI,
NEREU MOURA, ANTONIO ANNIBELLI,
JOSÉ MARIA FERREIRA, ADEMIR BIER
e LUIZ CARLOS ZUK.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 53 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 552/99, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 021/99, que objetiva acrescentar ao Art. 11, da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, alínea "H" e parágrafos 1º e 2º, F.D.E. - "Royalties". COM EMENDAS DE PLÊNÁRIO

Sobre a Mesa, Requerimento nº 2547 de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Senhores Deputados Antonio Belinati, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Plenária de 24 de novembro, em

Comissão Geral de Plenário, para votação relativa ao Projeto de Lei nº 552/99. **Aprovado.**

A Mesa recebeu 6 emendas de Plenário. Designo o Deputado Ademar Traiano para Relatar as 6 emendas.

O SR. ADEMAR TRAIANO

(Lê):

“COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO
PARECER ÀS EMENDAS APRESENTADAS AO
PROJETO DE LEI Nº 552/99

Esta Comissão Geral de Plenário, constituída nos termos do art. 107 do Regimento Interno desta Casa para apreciação das Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 552/99, após a respectiva análise conclui pela rejeição de todas as emendas, haja vista que as providências propostas desvirtuam o objetivo que fundamentou a elaboração e o encaminhamento da Mensagem 21/99 a esta Casa e cuja única finalidade é viabilizar o Sistema Previdenciário Estadual e conseqüentemente promover o equilíbrio financeiro preconizado na Política Nacional de Estabilização Financeira a qual pressupõe, obrigatoriamente, o respeito ao limite para gastos com pessoal determinado na Lei Complementar 96/99, que substitui a “Lei Camata”.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) ADEMAR TRAIANO”

É o parecer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão. Em votação o parecer.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Peço que registre o nosso voto contrário ao Parecer proferido pelo eminente Relator da Comissão Geral. Porque o eminente relator coloca que as emendas desvirtuam os objetivos do Projeto. Entendo de forma contrária e por isso peço que registre o voto contrário da Bancada do PMDB, do Deputado Edgar, enfim, dos Deputados que integram as Bancadas de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Há sobre a mesa, Requerimento nº 2573 de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 552/99. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Peço a Vossa Excelência que faça a leitura do inteiro teor desse Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda a leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermas Brandão)

(Lê):

“Senhor Presidente, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em Bloco para as emendas apresentadas ao Projeto de Lei 552/99, constante da ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. Autor: Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo.”

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Pode até parecer óbvio, mas devo consultar Vossa Excelência a respeito. O requerimento de autoria do Deputado Valdir Rossoni pede para que as emendas, todas, sejam votadas em Bloco. Nós temos Requerimento apresentado pedindo destaque para uma das emendas. Gostaríamos de saber qual será o procedimento que a Mesa adotará.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Tão logo votado o requerimento da apreciação das emendas em bloco, nós votamos o seu que pede destaque de discussão e votação para a emenda nº 05.

Em votação o requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, pretendo, neste momento, encaminhar contrariamente a este Requerimento porque entendo que a votação em Bloco dessas emendas, em que pese ter essas emendas recebido Parecer contrário em Comissão Geral, em que foi esse Parecer contrário aprovado pela maioria. Em que pese, também, aquilo que dispõe o nosso Regimento - nesses casos, entendo que como se trata de um assunto dos mais polêmicos esse da questão dos royalties e que, certamente, estará traçando rumos para o Estado do Paraná na sua economia, na sua questão previdenciária, na gestão financeira como um todo. Nós não poderíamos deixar de discutir cada uma dessas emendas apresentadas. Porque elas têm o seu significado, elas não desvirtuam o Projeto como pretendeu, assim, se expressando o Relator das emendas.

Entendo que além de uma discussão política em cima dessas emendas, tem uma discussão técnica que deveria ser - na sua profundidade, analisada por este Plenário. O Projeto em si está sendo analisado na sua profundidade, tendo já técnicos da Secretaria vindos aqui para debater com os Senhores Deputados. As emendas também buscam melhorar este projeto, dar uma conformação e principalmente impedir que o atual governo gaste dinheiro que pertence aos futuros governantes, aqueles que vão ser eleitos a partir de 2002, e que terão ainda pela frente 20 anos de governo, que já estará de certa forma comprometido com essa antecipação dos royalties. Portanto, as Emendas não são despropositadas, não são Emendas que não tem nenhum sentido, como pretendeu o nobre relator em Comissão Geral, e deveriam elas ser analisadas uma a uma, discutidas em sua profun-

didade, para que pudéssemos ao final de uma ampla discussão entender da necessidade ou não, da oportunidade ou não.

Nós que as subscrevemos, entendemos que elas são oportunas e necessárias para melhorar este projeto que estamos votando, e por esta razão entendemos que não poderíamos votá-las em bloco, e por isso encaminho contrário ao Requerimento do nobre Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA
(Para Encaminhar)**

Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas.

Observamos que é um projeto de extrema importância, não só do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista inclusive da eszão do Estado. Ele tem essa importância e não negamos, discordamos da forma com que se quer e se busca capacidade, de recurso desse Fundo e dos meios que estão fazendo.

O Governo, o Executivo está indo ao Governo Federal buscar uma negociação para antecipação dos royalties.

A Emenda que fiz, por exemplo, ainda que recebeu nº 3, apenas cuida da intransferibilidade desses títulos, porque não temos nenhum documento, não temos acesso a protocolo, a intenções, ao protocolo firmado de como é que está indo buscar esse recurso no governo Federal, e não temos também total segurança de como será o inter-namento desses títulos, se no Tesouro do Estado ou se diretamente na PARANÁPREVIDÊNCIA, então, uma Emenda como esta e outras mais que estão aí em número de 6, seria importante a sua discussão, a sua observação, a sua apreciação, porque tenho certeza que poucos Deputados tiveram acesso às Emendas e ao relatório lido pelo Deputado Ademar Traiano.

Então, é hora de discutirmos, Deputado Valdir Rossoni, o voto vai valer, mas o que não podemos e nem devemos é cercear a discussão, cercear o espaço do contraditório, cercear o espaço para que possamos ou talvez temos a consciência de que realmente não servem aos desígnios do Executivo, ou quem sabe melhorarmos o projeto, como foi feito com o Projeto de Lei de Recursos Hídricos, um projeto importante que recebeu aperfeiçoamento deste Plenário.

Por isso, Senhor Presidente, é que peço ao Líder do Governo, que deixe o processo da discussão fluir, que não votemos em bloco, mas discutamos uma por uma das questões. Aquele que tiver argumento, ou se o argumento for apenas o número do voto, evidentemente prevalecerá.

É por esta razão que solicito, inclusive ao Líder do Governo que reconsidere esta questão, para que possamos estabelecer deste Plenário a discussão dos interesses do Paraná e daquilo que entendemos ser também parte dos interesses de todo o Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua em votação o requerimento.

Deputados que aprovam o requerimento firmado pelo Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, requerendo a votação em bloco, das seis Emendas apresentadas, queiram levantar-se. Trinta e quatro Senhores Deputados votam com o autor do Requerimento, requerendo a votação em bloco.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Nove Senhores Deputados votam contrário.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, só para registrar o voto contrário da Bancada de Oposição, registrar o voto do Deputado Orlando Pessuti, Ademir Bier, Nereu Moura, Antônio Annibelli, José Maria Ferreira, Edson Strapasson, Hermas da Fonseca, Deputada Luciana e Deputado Edgar Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está aprovado o Requerimento.

Devidamente registrado o voto contrário.

Há sobre a Mesa Requerimento nº 2574 de autoria dos Senhores Deputados Edgar Bueno, Orlando Pessuti, Nereu Moura, José Maria Ferreira e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando desta - que de discussão e votação para a Emenda nº 05, ao Projeto de Lei nº 552/99 da presente Sessões Extraordinária.
Rejeitado.

Está rejeitado o Requerimento.

Ressalvadas as Emendas, está em votação o Projeto nº 552/99.

O SR. ADEMIR BIER (Para Encaminhar)

Bom, gostaria de cumprimentar, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer, na verdade, que os royalties representam uma grande luta de muitos anos, a luta do ex-Deputado Federal Maurício Fruet, da Gazeta do Povo, da sociedade organizada do Paraná, da gente que compõe a nossa região Oeste, até se tornar efetivamente uma lei. Mas, a luta não parou aí. A luta continua no sentido de fazer com que tivesse recurso para a Itaipu repassar para o Tesouro da União e ser repassado para os municípios. Os 15 municípios que compõem a região favorecida pelos royalties de Itaipu, abraçaram no período de 1993 até 1995 uma luta inglória. Éramos os 15, brigando, reivindicando, viajando, procurando as empresas em São Paulo que não repassavam recursos, a Itaipu que não pagava o consumo de energia, empresas do Rio Grande do Sul, porque sabíamos que esses royalties tinham uma importância fundamental para a nossa região Oeste do Paraná e para o Paraná como um todo. Sabíamos que a lei contemplava que esses recursos teriam que ser investidos no investimento, na geração de empregos, na geração de riquezas, na geração de qualidade de vida. Nunca poderia imaginar que estaria aqui na Assembléia, hoje, no dia 24 de

novembro, enterrando um sonho de tanta gente com o voto dos Senhores Deputados. Tínhamos - e este é o sonho da nossa Região oeste do Paraná - de fazer desses recursos de Itaipu um grande fundo de desenvolvimento da Região Oeste do Paraná. Um investimento na agricultura, na agroindustrialização, no projeto agroalimentar da nossa Região Oeste, porque quem foi indenizado, as terras que saíram, foi da nossa Região Oeste do Paraná. E hoje estamos aqui enterrando esse sonho de uma forma inconstitucional, até.

O parecer do Deputado Hermes é claro na sua inconstitucionalidade, tanto pela Constituição Federal, quanto pela Constituição Estadual. Um projeto desta importância, de um voto desta importância, não poderia ser numa semana discutido um assunto desses. Nós, com a vinda do Secretário da Fazenda aqui numa reunião da Liderança do Governo deu realmente para ter alguns subsídios. No entanto, este projeto chegou à Comissão de Finanças e foi altamente prejudicado no relatório do Deputado Duílio Genari, por falta, realmente, de dados. Nós, encaminhamos ao Secretário Especial, Follador, que nos enviasse o cálculo atuarial para que pudéssemos fazer um estudo.

No entanto, como estava em regime de urgência não foi possível no relatório do Deputado Duílio Genari observar estas questões. Tomamos a liberdade, já no dia de ontem, de encaminhar a cada Liderança de Partido aqui desta Casa e a cada Parlamentar, colocando à disposição da Comissão de Finanças esses cálculos, a planilha que é de fundamental importância.

Então, fica aqui registrado que estamos votando um projeto de tamanha importância sem ter feito uma análise criteriosa neste sentido. Mas está à disposição dos Senhores Deputados lá na Comissão de Finanças esses cálculos, a planilha que é de fundamental importância.

Então, fica aqui registrado que estamos votando um projeto de tamanha importância sem ter feito uma análise criteriosa neste sentido. Mas está à disposição dos Senhores Deputados lá na Comissão de Finanças esta planilha que nos foi enviada pelo Secretário Especial Follador.

Por isso, lamentavelmente, repito, nunca sonhava na minha vida que estaria aqui um dia assistindo o enterro de um recurso de uma importância extraordinária para o nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. HERMES FONSECA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez temos o dever e a obrigação de dizer a este Plenário que o texto da mensagem do Senhor Governador do Estado para esta Casa é totalmente inconstitucional, porque fere a nossa Lei Maior, a Constituição da República Federativa deste País, no seu artigo 167, inciso, bem como a Constituição do Estado do Paraná, no artigo 135, no mesmo inciso, onde a Constituição Estadual repete “ipsis litteris” o texto da Constituição Federal.

Se não bastasse esta evidência de inconstitucionalidade, a Bancada de Oposição apresentou uma emenda, a emenda número 5, para a qual pedimos destaque no sentido de preservar o patrimônio público deste Estado e no entanto estamos antevendo o resultado da votação deste projeto quando a Bancada da Base Governista vai aprovar sumariamente um projeto de tamanha envergadura, que compromete não só as finanças do Estado neste momento, mas principalmente dos futuros Governos, antecipar recursos para cobrir os furos que o próprio Governo fez no seu caixa, no seu patrimônio, é uma coisa que realmente não podemos aceitar. E por esta razão mais uma vez a Bancada da Oposição, a Bancada do Partido dos Trabalhadores pede que este projeto seja rejeitado, e esse é o nosso voto contrário.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, tem o objetivo da minha declaração, não fazer proselitismo de convencimento, mas pelo menos deixar registrado nos Anais desta Casa o posicionamento, que quero crer que no futuro a história vai cobrar - e é bom aos homens públicos deixar as suas posições.

Estamos votando a antecipação dos “royalties”, como todos já sabem, de vinte e três anos, não sabemos se é para quinze, para dez, para oito, para nove; não sabemos qual vai ser o encaixe dos primeiros anos, não sabemos a que taxa, como é que esses papéis virão, se em forma de títulos, se em forma de empréstimos; e nós ainda não sabemos a figura jurídica desta transação, se antecipação da receita, se empréstimo, se caução de crédito com direito a receber.

Enfim, esta Casa está votando crédito no valor de três bilhões de reais sem sequer conhecer o protocolo de intenções.

Ora, isto é o mínimo que precisamos conhecer enquanto independência de Parlamento o que é, o quanto, até porque a legislação estabelece que para qualquer empréstimo governamental precisa ter valor, e não cheque em branco. Por isso, meu voto é contrário e não tenho nenhum interesse de convencer ninguém, mas deixar registrado nos Anais meu posicionamento, o posicionamento de nossos companheiros, porque este tem sido o entendimento, porque infelizmente vai sobrar um local, a justiça. Infelizmente, e numa medida cautelar porque não conseguimos encontrar consenso em torno da legalidade nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Continua em votação o projeto.

O SR. EDGAR BUENO

Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO (Para encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas. Estou percebendo, estou tendo esse sentimento de um silêncio desenhado, para não dizer quase fúnebre nesta sessão, onde a bancada da minoria trabalha no sentido de preservar os interesses do povo do Paraná, e a ampla bancada da maioria silencia. E ao silenciar, com certeza absoluta, todos farão parte da marca, da história da Assembléia Legislativa deixado na noite de hoje.

Alguns jornalistas me perguntaram: “A Oposição já se sente derrotada por ter 14 votos contra 40?” Eu dizia o seguinte, Presidente Nelson Justus: “A Oposição não se sente derrotada”. Quem está se sentindo derrotado, meu caro Deputado Orlando Pessuti, nesse momento é o povo do Paraná, que vê este governo antecipar receitas deste Estado, por longos 23 anos. Somando os próximos governadores, teremos aí mais cinco, que já estão pagando por uma conta, que não deve.

Este governo que aí está, manda uma mensagem para Assembléia Legislativa, caracterizada por várias manifestações do nosso Deputado Hermes Fonseca, como inconstitucional, artigo 167, da Constituição Federal e 132 da Constituição Estadual. Inconstitucional. Entregam uma receita de mais de três bilhões e duzentos, por apenas um bilhão e meio, portanto, menos da metade daquilo, que o Paraná tem direito de arrecadar.

Senhores Deputados, temos que lamentar, nesta noite, este silêncio, porque todos nós estamos nesta Casa e que representamos os anseios do povo do Paraná e temos a obrigação de ser os guardiões dos interesses deste Estado, estamos vendo a cada dia aumentar a dilapidação do patrimônio do povo do Paraná. É a venda do BANESTADO, da COPEL, da SANEPAR e agora a entrega dos “royalties” por menos da metade do seu valor original.

Para nós, da Oposição, resta aqui lamentar e dizer aquilo que a população gostaria de dizer. Só nos resta neste momento é este lamento e dizer que, infelizmente, com a bancada minoritária, com apenas 14 Deputados, vamos ter que nos curvar diante da vontade da maioria. Mas repito aqui, para encerrar, quem perde neste instante não é a oposição. Quem perde neste instante é o povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Mesa registra, com satisfação, a presença do suplente de Deputado Federal Pérsio Fontoura, do PPB. Seja bem-vindo a esta Casa.

Para encaminhar, o Deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Aprendi durante os anos que cursei meu curso de Direito e os anos que advoguei, como parlamentar no meu quarto mandato, que qualquer Legislativo do

mundo, em que quem tem a maioria, acaba realmente vencendo.

Vejo a colocação brilhante do líder da oposição, meu companheiro, achando que há um silêncio - eu fiquei, aqui refletindo, porque estou favorável nesta questão dos royalties da Itaipu. E não me sentiria bem e não sairia bem daqui, senão deixasse consignado nesta Casa, o meu modesto ponto de vista, mais que um ponto de vista de um cidadão que representa uma parcela da população do Paraná. Estamos vivendo no Brasil uma questão conjuntural de um Estado falimentar, que parte da conjuntura da própria Federação da União e, depois, da Federação aos Estados.

Vi uma cena, que o País por certo vai deixar cravado na sua história, Deputado Valdir Rossoni, a posição do atual governador de Minas Gerais, Itamar Franco, que teve a responsabilidade de administrar o País naquela fase também da nossa vida nacional, que foi com o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello - após governar a Nação, assumir o seu Estado, como governador e ele próprio decreta uma moratória, porque o estado de Minas Gerais, conhecido como o Estadão, o grande Estado, o Estado das indústrias. O Estado de uma economia estável, desde o início da nossa história, sem recursos para fazer jus até o salário do próprio funcionalismo daquele Estado. Então, com a experiência de ter administrado a Nação, o Governador foi lá e decretou a moratória para poder resolver a economia interna do Estado.

Ora, não tenho aqui morrido de amores pela administração do Senhor Jaime Lerner, mas estou hoje aqui, votando na certeza que estou fazendo bem para o povo do Paraná. Por que? Enquanto Minas Gerais tem que ir lá, decretar a sua moratória interna, fazendo cara feita para o Governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso, em termos populares, peitou a situação nacional, criou um problema internacional para o País, com a desvalorização até da nossa própria moeda, mas colocou hoje o Estado de Minas Gerais, no patamar, pelo menos, senão o ideal mas um patamar perene para poder colocar e administrar aquele Estado.

E vejo hoje que o Paraná, já que tivemos que dispor da TELEPAR, como disse, outro dia aqui o líder do Governo, para tapar rombos de Governos anteriores, que vejo aí uma parte da SANEPAR também privatizada. Com a probabilidade ou a possibilidade da COPEL, que é o grande orgulho nosso, do Paraná, também ser privatizada, para tentar tapar buraco do rombo da economia nacional, da conjuntura nacional. Acho que o Estado do Paraná, Senhor Presidente, e até quem mais saber possui, desta Assembléia, deste Parlamento, quem há mais tempo está aqui, nós temos o privilégio de termos aqui uma empresa como a Itaipu que nos gerou os royalties, que nós podemos negociar, por algumas décadas, para poder ter dinheiro para poder sanear a economia do nosso Estado, sem vender ou sem decretar moratória, como aconteceu com Minas Gerais.

Acho que a colocação feita por alguns Deputados da oposição, ela tem validade, no momento. Não conhecemos aqui, sequer a carta de intenção, vai-se negociar estes títulos, de que forma? Agora, quero crer que a responsabilidade de administrar um Estado que tem um ponto marcado, na Federação, que é o Estado do Paraná e com a responsabilidade a própria capital e o Governo do Estado, nós teremos que ter este voto de confiança e darmos, graças a Deus, que tenhamos a possibilidade de ter uma empresa, como a Itaipu, que gerou um direito que nós não tínhamos e que foi conquistado. Aqui quero também deixar consignado o orgulho do trabalho que foi feito pela Gazeta do Povo, que levantou esta bandeira de um direito que nós tínhamos aqui no Paraná, que gerou receitas, e dá dinheiro que hoje nós temos a felicidade de negociar.

Quero aqui dar um depoimento, está aqui o Deputado Antônio Carlos Belinati, que ainda estava aprendendo a andar, quando da primeira administração do seu pai, lá em Londrina. Nós contraímos dívidas, para pagar, pasmem os Senhores, com a crítica da oposição, na época. E eles diziam: - Vão levar esta dívida até o ano 2.001, e tenho a felicidade hoje de compartilhar esta Assembléia com o Deputado Antônio Carlos, que naquela época não sabia falar, sequer andar, e se passaram 20 anos e nós, hoje, aqui, estamos negociando os royalties, 10 anos, 16 anos, 20 anos, que na história política do Paraná vai passar muito rápido e por certo nós ainda vamos colher dividendos desses royalties que hoje nós estamos entregando.

Então quero dizer que a minha fala aqui não é solitária, estou votando com a consciência, não de fazer oposição ao Governo, mas de tentar, pelo menos sanear a sua economia e quem sabe, num futuro bem próximo, como o próprio Deputado Antonio Carlos Belinati, nós possamos aqui até colher frutos e os louros dessa tomada de posição., que não é fácil, mas que deve ser entendida para o momento, e o momento é uma questão de fazermos justiça sobretudo, a mais importante, que é a chamada justiça social, porque esse dinheiro vai atender a uma categoria daqueles que já trabalharam pelo Estado, e quer hoje não sabe se vai receber na folha de pagamento do mês seguinte, se tem dinheiro ou se não tem, e aí então nós estaremos cumprindo com o nosso dever aqui, que é sobretudo fazer justiça das melhores a social.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não era intenção nossa fazer nenhum encaminhamento, até porque nosso Líder Ademir Bier já falou e o nosso Líder das Oposições já se pronunciou.

Mas o pronunciamento do Deputado Moysés Leônidas traz algumas considerações que não pode prosperar nesse plenário a bem da verdade. Talvez tenhamos que relevar a afirmação do Deputado, porque na época em que os fatos aconteceram e o Deputado na ocasião

junto com hoje Secretário Heinz Herwig, foram as pessoas que mais trabalharam em favor da venda das ações da TELEPAR.

Me lembro em reunião que tivemos na condição de Líder do Governo aqui na Assembléia com o Governo Requião, com o Deputado Hermas, com o Deputado Heinz Herwig, para que nós pudéssemos junto com o Deputado Renato Adur, se não me falha a memória do Deputado Erondy Silvério, com outros Parlamentares, não sei se o Deputado Geraldo Cartário participou ou não de algumas reuniões dessas. Para que pudéssemos naquela oportunidade convencer o Senador Requião, da importância que era vendermos as ações da TELEPAR.

Deputado Moysés Leônidas, Vossa Excelência que é bem informado e é jurista sabe, que durante o período do Governo Militar a nossa TELEPAR foi nacionalizada, ela deixou de ser a nossa Empresa de Telecomunicações e passou a ser uma empresa nacional. E nós do Paraná passamos a ter apenas o poder de ações da TELEBRÁS. E foram essas as ações que nós vendemos porque nós não tínhamos o poder, o Governador do Estado não tinha o poder sequer de indicar o porteiro, o contínuo, o gerente de gabinete do presidente da TELEPAR. Quem fazia isso era o Presidente da República. E nós tínhamos lá sim um patrimônio que estava dentro de um cofre e nós não podíamos mexer sequer na chave desse cofre. Não tínhamos o segredo, não tínhamos nada nesse cofre. E as ações da TELEPAR que foram vendidas naquela ocasião, quando autorizadas pela Assembléia e os Deputados que aqui estavam, e muitos dos que estão aqui hoje estavam naquela votação. Sabe que a venda foi carimbada, recursos destinados a duplicação da rodovia 376 Curitiba - até Garuva e construção da Ponte Ayrton Sena, nome dado através de um projeto do Deputado Antonio Annibelli, Ponte de Guaira a Mundo Novo, Paraná - Mato Grosso do Sul.

Os recursos ali adquiridos em torno, me disse há pouco o Deputado José Maria Ferreira, ao Redor de oitenta, oitenta e seis milhões, tiveram destinação certa. E a destinação está aí aos olhos de todos os paranaenses, brasileiros e estrangeiros que se utilizam da 376, e que se utilizam da Ponte de Guaíra Mundo Novo.

Todos nós sabemos, o Deputado Hermas sabe, o Secretário Heinz Herwig, tanto que o Secretário lutou tanto pela duplicação dessa estrada, pela venda das ações que o Governo Requião em reconhecimento mandou um projeto para esta Casa, concedendo nome desta rodovia ao pai do então Deputado Heinz Herwig. então não pode prevalecer a versão do Deputado Moysés, de que se venderam as ações da TELEPAR, de que já não era uma empresa Paranaense, era uma Empresa Nacional, na qual nós detínhamos as ações sobre as quais nós não tínhamos nenhum poder de comando, e que os recursos tenham sido utilizados para tapar buracos de gestões anteriores.

Do Governo Requião não se tampou buracos da administração do Álvaro Dias, do José Richa, do Jaime Canet Júnior, de Ney Braga, de Bento Munhoz e nem do

Zacarias de G. de Vasconcellos, que foi o primeiro Governador do Paraná e como bom baiano veio aqui emprestar a sua sabedoria na implantação do Estado Novo do Paraná desvinculado de São Paulo, deixando de ser a 5ª Comarca.

O Secretário Giovani Gionédís, veio aqui outro dia, eu não estava aqui e lamento, porque três ou quatro vezes marcou-se para vir e não pôde vir. Infelizmente quando eu não estava aqui ele veio. Mas, pelo que li nos jornais e ouvi dos meus companheiros, pouco perdi da sua vinda aqui.

Mas, vamos analisar um pouco o que ele disse. Disse que o Paraná em 30 de junho devia Nove bilhões e cem, e que desses cinco bilhões, eram de precatórios. então vamos dizer que os precatórios sejam responsabilidade dos outros, sobraram aí ainda, três bilhões e trezentos.

Quando o Requião encerrou o seu governo em 31 de dezembro de 1994, e foi substituído pelo ex-vice-Governador Mário Pereira, o Paraná devia um bilhão e trezentos e noventa e seis.

O SR. VALDIR ROSSONI **(Pela Ordem)**

Acho que estamos invertendo aqui o debate da questão em pauta.

Tivemos aqui nesta sessão, Horário das Lideranças, que não foi usado.

Agora vejo o encaminhamento do Deputado Orlando Pessuti completamente disperso do assunto que estamos votando.

Não cabe neste momento discutirmos aqui a vinda do secretário Giovani Gionédís, senão terei que fazer o mesmo uso, aí não respeitando o Regimento interno e responder o Deputado Orlando Pessuti, no encaminhamento da votação. Porque nesse momento nós estamos encaminhando a votação da antecipação dos Royalties. O Deputado Orlando Pessuti já foi desde Zacarias até São Pedro.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

A Mesa prossegue a Questão de Ordem, embora a Mesa reconheça que tem sido com uma certa liberalidade, neste encaminhamento e solicita, em que pese a brilhante exposição do Deputado Orlando Pessuti ao encaminhar a matéria, que por gentileza se atenha ao assunto em pauta.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, quero entender e respeitar a decisão de Vossa Excelência, até porque cabe a Vossa Excelência realmente determinar os rumos de uma Sessão Plenária.

Mas, entendo perfeitamente que estou dentro do assunto, porque estamos tratando das condições financeiras, do Estado do Paraná, antecipação de receita oriunda de royalties, de recursos. Estamos falando do comprometimento, do endividamento do Estado do Paraná, repre-

sentado pela folha de pagamento, pelos inativos e pensionistas.

Os royalties eles levam a essa discussão. Não estamos antecipando royalties, para construir uma ponte, uma nova Itaipu. O governo pretende antecipar royalties para ajustar a sua situação financeira.

E quando digo do que falou o Secretário Giovani Gionédís, estou falando da questão financeira, que trata esta proposta do Governo.

O Governo está buscando a antecipação de royalties para comprar medicamentos à população, que não é só royalties das energias de Itaipu, é bom que se diga. Porque o projeto prevê a utilização de todos os recursos estabelecidos pelo artigo 142, da Constituição do Estado e aí estão incluídos os royalties, de petróleo, gás natural, xisto betuminoso, exploração mineral. Os royalties envolvem toda uma situação financeira.

Eu estranho muito porque quando o Deputado Moysés falou em operações de outros governos, o Deputado Rossoni não teve a mesma reação. Toda a vez que falo nesse endividamento, do Paraná, o Deputado Rossoni fica agitado e nervoso.

Mas, só comentava o seguinte, o Secretário Giovani Gionédís admitiu que o Paraná tem uma dívida de nove bilhões e cem, em 30 de junho de 1999. Depois disso já veio mais, segundo o Secretário Gionédís, o Reinhold Stephanes, o Cid Campelo, o Salomão, já vem mais um bilhão e setecentos do BANESTADO. Então é nove bilhões e cem, mais um bilhão e setecentos, é dez bilhões e oitocentos, tira os cinco e oitocentos dos precatórios, que ele diz que é dos governos passados. Então sobra cinco bilhões, a diferença.

Devíamos um bilhão e trezentos, um bilhão e quatrocentos, então faça a conta são três bilhões e seiscentos, o endividamento que o Governo que Vossa Excelência representa nesta Casa, acumulou em apenas 4 anos e 6 meses.

Ao passo que em 141 anos, desde o Zacarias de G. de Vasconcelos até o Mario Pereira, construindo o Paraná, as estradas, as pontes, os hospitais, as redes de energia elétrica, como fez o Governador José Richa, com mais de 150 mil propriedades eletrificadas. Aí sim, o dinheiro foi aqui discutido. Iniciou-se no Governo Ney Braga e eletrificadas. Aí sim, o dinheiro foi aqui discutido. Iniciou-se no Governo Ney Braga e consolidou-se no Governo do Richa. Um dinheiro que foi buscado, mas que tinha destinação certa e todos conseguimos enxergar, como enxergamos. Como foi o dinheiro para o Pro-Rural, também iniciado no Ney Braga e concluído no José Richa, Paraná Rural, no Governo Álvaro Dias, no Governo Requião, dinheiro que vinha e sabia para que era, PROSAN recursos que vinham e sabia para que era e, hoje estamos discutindo a antecipação de royalties, comprometendo a receita de futuras gerações de governadores. Temos pessoas nesse Plenário, alguns não, mas temos algumas pessoas como o Líder do Governo, que comemoram quando aprovam um empréstimo para

sanear o BANESTADO, dizendo que o Governo está recebendo três bilhões, cinco bilhões para consertar o BANESTADO. Agora estão comemorando a entrega de mais de um bilhão e quinhentos milhões que tínhamos direito de receber pelos Royalties e comemoram mais uma vez pelo endividamento do Paraná, pela quebra da situação.

Não poderia me calar Senhor Presidente porque não quero no futuro ser responsabilizado de ter aqui votado uma matéria que comprometeu a vida do Paraná e das futuras gerações desse Estado.

Por isso, o meu voto é contrário.,

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o Projeto.

Os Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Trinta e seis (36) Senhores Deputados aprovam o Projeto.

Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Nove (09) Senhores Deputados rejeitam o projeto.

Está aprovado.

Pela Ordem, o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Gostaria que Vossa Excelência mandasse registrar os votos contrários dos Deputados: Orlando Pessuti, Edgar Bueno, Ademir Bier, Antonio Annibelli, José Maria Ferreira, Edson Strapasson, Hermes da Fonseca, Luciana Rafagnin e Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação as emendas.

Os Deputados que rejeitam as emendas, queiram levantar-se.

Trinta e seis (36) Senhores Deputados rejeitam as Emendas.

Nove (09) Senhores Deputados aprovam as Emendas, com voto favorável dos nove (09) Deputados da Oposição, anteriormente citados.

Rejeitadas as seis (06) Emendas e aprovado o Projeto.

O SR. VALDIR ROSSONI

(**Justificativa de Voto**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

O ilustre Deputado Orlando Pessuti voltou da Itália, pelo jeito com uma maneira sábia de falar e tentar imputar à minha pessoa o que não é verdade. Quero dizer que esta Bancada que está votando hoje a antecipação dos royalties, não está nada mais, nada menos do que assumindo uma responsabilidade, que já disse, daquela Tribuna e por isso não entrei no mérito hoje, responsabilidade do rombo do passado.

Não foi o Governador Jaime Lerner que extinguiu o Fundo Previdenciário do Estado, é triste, vejamos como Deputado Pessuti, fica nervoso. Não foi o Governador

Jaime Lerner que transformou 50.000 Celetistas em estatutários. Foi o Governador Jaime Lerner, sim, que foi em busca daqueles recursos da responsabilidade assumida agora com as negociações assumidas com o INSS. E digo mais, venderam as ações da TELEPAR, foram bem aplicadas, nunca disse ao contrário, mas praticaram isso.

E digo mais, a ponte que liga Novo Mundo, também é importante ser lembrado que a festa que foi feita lá, no lançamento, para ser construída esta ponte, ela foi encerrada pelo Governador Jaime Lerner que construiu partes desta ponte.

Outra questão, é importante que se diga, que nós, Deputados aqui não entramos hoje no mérito porque já discutimos esta questão, o mérito dessa questão. O Secretário Giovani Gionédís, foi muito claro, com sabedoria, foi uma pena que Vossa Excelência não esteve aqui porque certamente teria saído daqui arrasado, porque lhe faltariam argumentos para discutir com o Secretário Giovani Gionédís.

Quero cumprimentar os Deputados que votaram favorável a este projeto, porque, certamente, estamos corrigindo um erro do passado, corrigindo as finanças do Estado, para este Governo e para os próximos Governos que terão, também este benefício.

O SR. NEREU MOURA (**Justificativa de Voto**)

Sr. Presidente, este assunto já foi por demais debatido, aqui neste Parlamento. As palavras que o Deputado Waldir Rossoni falou já foram ditas, em sessões anteriores, como aquelas que aqui foram pronunciadas pelos Parlamentares que compõem a oposição.

Ora, rombo no Paraná, rombo no Paraná foi a compra dos precatórios podres, pelo BANESTADO Leasing! Rombo no Paraná foi a publicidade de 500 milhões de reais! Rombo foi a venda da COPEL, da SANEPAR a entrega da FERROESTE, por uma ninharia, isto sim é rombo! Não é o que fez o Governador Requião quando extinguiu o Fundo de Previdência, qual o custo, o pre-juízo que le causou ao Estado, se dinheiro não havia?

Ora, não dá para ouvir calado informações como estas! É preciso que tenhamos lucidez, tenhamos consistência para fazer afirmações. Posso aqui admitir, Sr. Presidente, que houve erros nos governos anteriores. Mas o Governador Jaime Lerner quando se elegeu Governador do Paraná era justamente para consertar aqueles erros que eventualmente os governos anteriores haviam feitos.

Mas além de não consertar os erros, o que fez? Fez com que este Estado se tornasse ingovernável. Fez com que este Estado se tornasse de um Estado moderno para este Estado igual ao Estado de Alagoas. Um Estado que não tem mais ativos, um Estado que compromete 80% da receita com a folha de pagamento.

O SR. ÉLIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, acho que o Deputado Nereu Moura não está justificando o voto, ele está fazendo um discurso político sobre temas que não envolvem absolutamente, a votação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não acabe a Questão de Ordem de V. Exa.

O SR. NEREU MOURA

A verdade dói, Deputado Élio Rusch e às vezes vai ter que justificar, lá no Oeste do Paraná, o seu voto aqui da luta do Oeste do Paraná para conseguir os royalties que, a bem da verdade, este dinheiro foi através de uma luta difícil como já relatou o eminente Deputado que na época era prefeito de Marechal Rondon, no Oeste do Paraná.

Ele foi prefeito e V. Exa. não quer ouvir! V. Exa. não quer ouvir porque deve estar com a consciência pesada do voto que V. Exa. deu aqui.

Por isso, Sr. Presidente, justifico aqui o nosso voto. O nosso voto mais sincero e fazemos com dor no coração. Por isso nosso Líder já anunciou: Iremos buscar, na Justiça, a defesa do nosso Estado. Iremos entrar com uma ação direta inconstitucionalidade tentando derrubar essa lei que, infelizmente, a Assembléia Legislativa brinda o Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 210/99, que veda a contratação de empresas para prestar serviços de controle e fiscalização de trânsito nas Rodovias Estaduais.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 210/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná, proibido de contratar a prestação de serviço de empresas privadas que tenham por finalidade exercer o controle e a fiscalização do trânsito em rodovias estaduais.

§ 1º - É vedada a participação de empresas privadas no produto da arrecadação de multas registradas por excesso de velocidade nas estradas estaduais, inclusive as concessionadas.

§ 2º - A fiscalização que trata o *caput* deste artigo somente será realizada, com veículos oficiais caracterizados, pelo agente da autoridade de trânsito ou pela Polícia Rodoviária e ou autoridade de trânsito.

Art. 2º - Os condutores de veículos que trafegarem com excesso de velocidade infringindo as normas de trânsito, deverão ser interceptados pela Polícia Rodoviária e ou autoridade de trânsito.

Art. 3º - Ficam suspensas a partir da publicação desta lei, os serviços contratados entre a administração direta ou indireta e empresas privadas que estejam realizando a fiscalização de velocidade, devendo o Poder Executivo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, rescindir ou adequar os contratos para o fiel cumprimento do disposto.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.11.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Aprovado.

O SR. RICARDO CHAB (**Questão de Ordem**)

Quero perguntar ao Presidente, mas primeiro quero dizer que sou favorável ao projeto que está em discussão do Deputado Annibelli. Minha pergunta é a seguinte: Tenho um projeto apresentado na casa no dia 29 de junho. É o Projeto nº 370/99. Este projeto foi enviado à CCJ no dia 30. Este projeto tem regime de urgência e até hoje não tem o parecer sequer da CCJ. Pergunto se apresentar o projeto agora, pedir para que também aprove na Comissão que estamos, hoje, fazendo do Plenário, se é possível?

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Se o projeto de V. Exa. estiver em condições de ser apreciado em Comissão Geral. Nós podemos fazê-lo na próxima sessão, sem dúvida nenhuma. Aliás, a questão de ordem de V. Exa. procede e a Mesa Executiva imediatamente vai verificar o porque do projeto de V. Exa. ainda não ter chegado a este Plenário.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 597/99, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que proíbe a circulação de carretas e caminhões sobre os ferry-boat, na travessia de Matinhos à Guaratuba, conforme específica. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. (**Publ. no D.A. nº 178, de 24.11.99**)

Sobre a mesa Requerimento, aproveitando que esta Sessão Plenária encontra-se em Comissão Geral, há sobre a mesa Requerimento nº 2575, constante do expediente citado, também, em Comissão Geral. **Aprovado o requerimento.**

Designo, portanto, o Deputado Geraldo Cartário como relator da matéria.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

(Lê): “Parecer ao Projeto de Lei nº 597/99.

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, tem por objetivo proibir a circulação de carretas e caminhões sobre os ferry-boats na travessia de Matinhos a Guaratuba.

Devido às inúmeras solicitações advindas das autoridades representativas de Matinhos e Guaratuba, para cessar a circulação de carretas e caminhões nos perímetros urbanos dos referidos municípios, observamos a relevância do presente projeto de lei.

O transporte dos veículos automotores supracitados está causando a destruição das vias públicas, gerando prejuízos devastadores aos municípios. E ao observarmos a segurança da comunidade local, retratamos que fica a mesma afetada, devido circulação de um grande número desses veículos por dia.

Ao vislumbrarmos o artigo 150 da Constituição Estadual do Paraná, a seguir transcrito, observamos que cabe ao município garantir o bem-estar dos seus habitantes, assegurando aos mesmos uma melhor qualidade de vida. Posto isto, é pertinente a aprovação do presente projeto, para que este propicie mais segurança à população local.

“Art. 150 - A política de desenvolvimento urbano será executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tendo por objetivo ordenar o desenvolvimento das funções da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes”.

Cabe ainda ressaltar, que existe uma rodovia que liga Garuva a Guaratuba, ou seja, o transporte

desses veículos poderia ser feito por essa rodovia, não prejudicando de modo algum as empresas que fazem uso desses veículos para desenvolver seu trabalho.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO - Relator”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão o parecer.

Para encaminhar, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, eu gostaria, além de encaminhar, fazer uma Questão de Ordem a Vossa Excelência, se o requerimento que transforma esta sessão em Comissão Geral é o requerimento de minha autoria?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, requerimento de autoria do Deputado Antonio Annibelli.

Em votação o parecer. Deputados que aprovam o parecer, queiram levantar-se. **Aprovado.**

Votação ao projeto. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 29, às 19:00 horas.

Levanta-se a sessão.